

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PATRIMÔNIOS NAS CIDADES DE SANTA LUZIA E RIBEIRÃO DAS NEVES EM MINAS GERAIS: PROPOSTAS EM BUSCA DE IDENTIDADES

Rosangela Barboza<sup>1</sup>

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz<sup>2</sup>

**RESUMO:** O texto apresenta a relação entre as cidades de Santa Luzia e Ribeirão das Neves com suas sociedades. Participando da região metropolitana de Belo Horizonte, os municípios durante longo período foram denominados de cidades-dormitórios, local onde os trabalhadores apenas repousariam a noite e pela manhã saíam para trabalhar. Em meio as particularidades de cada uma, Santa Luzia é considerada uma cidade histórica, participante da Estrada Real e mantém a rua Direita como foco do patrimônio histórico edificado. Ribeirão das Neves, cidade mais jovem, tem seu patrimônio omitido pelo poder público e estigmatizado pela própria sociedade. A reflexão proposta visa apontar formas de participação social na definição de patrimônios que, em seu âmbito local, busca interagir e envolver a sociedade dos municípios analisados, especificamente com os/as alunos/alunas das escolas municipais e estaduais. Faz-se necessário o desenvolvimento de políticas patrimoniais junto aos jovens e adolescentes para que estes sejam capazes de apropriarem-se de memórias e de histórias e, assim, possa tornarem-se importantes aliados no processo de patrimonialização, conservação e preservação do bens culturais. A educação em patrimônios e as memórias locais são critérios necessários na construção da cidadania, sobretudo em sociedades que vivenciam a discriminação e o preconceito territorial cotidianamente.

**Palavras-chave:** Ribeirão das Neves; Santa Luzia; educação patrimonial.

**ABSTRACT:** The text presents the relationship between the cities of Santa Luzia and Ribeirão das Neves with their societies. Participating in the metropolitan region of Belo Horizonte, the municipalities for a long period were called dormitory cities, a place where workers would only rest at night and in the morning they would go out to work. Amid the particularities of each, Santa Luzia is considered a historic city, participating in the Estrada Real and maintains Rua Direita as the focus of the built historical heritage. Ribeirão das Neves, the youngest city, has its heritage omitted by the public authorities and stigmatized by society itself. The proposed reflection aims to point out forms of social participation in the definition of heritage that, at its local level, seeks to interact and involve the society of the municipalities analyzed, specifically with the students of the municipal and state schools. It is necessary to develop heritage policies with young people and adolescents so that they are able to appropriate memories and stories and, thus, can become important allies in the process of heritage, conservation and preservation of cultural assets. Education in heritage and local memories are necessary criteria in the construction of citizenship, especially in societies that experience discrimination and territorial prejudice on a daily basis.

**Keywords:** Ribeirão das Neves; Santa Luzia; heritage education

### INTRODUÇÃO

A perspectiva de elaboração de um texto associando a educação de patrimônio com os/as alunos/alunas nas escolas estaduais onde trabalhamos, aos bens culturais existentes no Município de Ribeirão das Neves e de Santa Luzia, surgiu a partir das disciplinas apresentadas na grade do curso de especialização História e Cultura no Brasil Contemporâneo. A necessidade do reconhecimento dos bens culturais, por parte dos/das adolescentes, proporciona aos/as jovens se tornarem importantes aliados na conservação e preservação dos patrimônios em suas cidades. Outra perspectiva, é a de promover o reconhecimento do patrimônio cultural e desenvolver, junto aos/as adolescentes, a cultura do pertencimento. Em locais que não se tem conhecimento e não compreende a história local, a aproximação entre educação-patrimônios pode ser o elo de fortalecimento das ações de cidadania e empoderamento da comunidade. O diálogo estabelecido entre educação patrimonial, história local e identidade constitui fator importante para um posicionamento consciente, para a tomada de decisões e apropriação de memórias individuais e coletivas componentes da

<sup>1</sup> Especialista em História e Cultura no Brasil Contemporâneo pela UFJF. Professora da rede estadual de educação de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Especialista em História e Cultura no Brasil Contemporâneo pela UFJF. Professor da rede estadual de educação de Minas Gerais e da rede municipal de Lagoa Santa em Minas Gerais.

história, especificamente onde o indivíduo se sinta cidadão e sujeito da história. (TELES; GONÇALVES, 2017, p. 59).

Neste ponto, a proposta do texto é refletir sobre os casos das cidades de Santa Luzia e de Ribeirão das Neves, como locais onde os patrimônios precisam ser conhecidos e reconhecidos pelas sociedades, como forma de conservação e preservação dos bens culturais. Em Santa Luzia, a proposta apresentada é o posicionamento dos sujeitos por meio de questionários e o desenvolvimento de uma proposta de educação patrimonial, que possa se institucionalizar por meio da lei. Em Ribeirão das Neves, a proposta apresentada tem o desenvolvimento da atividade com alunos/alunas do Ensino Médio, principalmente do primeiro ano, em torno da questão: “você conhece Neves?”, instigando a pesquisa e o relato por meios diversos sobre o patrimônio no município.

### **O CASO SANTA LUZIA: IDENTIFICANDO OS PATRIMÔNIOS.**

O município de Santa Luzia é integrante do circuito Estrada Real, tem área de 235,076 km<sup>2</sup>,<sup>3</sup> está localizado na região metropolitana de Belo Horizonte e tem sua ocupação datada de 1692, ou seja, há 327 anos. A cidade têm patrimônios culturais materiais tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), que são estes: Solar da Baronesa, Solar Teixeira da Costa, Capela do Senhor do Bonfim, Igreja da Matriz, Hospital São João de Deus, Muro de Pedras, Igreja do Rosário e Mosteiro de Macaúbas. Todos foram tombados no nível municipal em 16 de novembro de 1989<sup>4</sup>. Na esfera estadual, o tombamento se deu em 28 de dezembro de 1998, com a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro do Tombo de Belas Artes, no livro do Tombo Histórico, das obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos<sup>5</sup>. O patrimônio no município está direcionado para uma determinada cultura do povo luziense, com foco na herança histórica da cidade, principalmente com o bem cultural sendo compreendido como móveis edificados.

O município é dividido entre sede e distrito. A sede é considerada a parte histórica da cidade, onde se localizam os patrimônios materiais.<sup>6</sup> O distrito é a parte nova do município, bairro mais antigo, surgido no ano de 1955. Nesse espaço está localizada mais da metade da população municipal, em média 120 mil habitantes, e onde há maior número de regiões periféricas.

A população da periferia da cidade e do distrito, especificamente a localizada no bairro Palmital, tem procedência das regiões leste e oeste de Belo Horizonte. Esses moradores tiveram suas moradias destruídas por enchentes no início da década de 1980 e foram remanejados para Santa Luzia, onde foram construídos conjuntos habitacionais pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG).<sup>7</sup> Tendo sua história de luta marcada pela conquista dos direitos, os moradores do bairro Palmital construíram um modo de viver, ser e agir peculiar na periferia,

3 Conforme dados do IBGE - **Santa Luzia**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

4 **RELAÇÃO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS, REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**. Disponível em: <[www.santaluzia.mg.gov.br/index.php/sservicos-2/126-cultura?Itemid=101](http://www.santaluzia.mg.gov.br/index.php/sservicos-2/126-cultura?Itemid=101)>. Acesso em: 27 jun. 2018.

5 Centro Histórico de Santa Luzia. Disponível em: <[www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoess/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/99/bens-tombados-centro-historico-de-santa-luzia](http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoess/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/99/bens-tombados-centro-historico-de-santa-luzia)>. Acesso em: 18 mai. 2019.

6 A nossa compreensão sobre o conceito de cidade histórica está baseada na Carta de Washington (1987): “a presente carta diz respeito, mais precisamente, às cidades grandes ou pequenas, e aos centros ou bairros históricos, com o seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade como documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais” (p. 1). In: **CARTA DE WASHINGTON**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

7 Ver: SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2011, 170f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

especificamente por meio da arte. Nesse contexto, ressaltamos as ações desenvolvidas pelos grupos de quadrilha, constituídos na década de 1990, que mobilizam e envolvem jovens, possibilitando-os realizar importantes ações de protagonismo.

Neste ponto, a relação entre os tipos de patrimônios e educação patrimonial na cidade de Santa Luzia, pode ser apresentada a partir do patrimônio material edificado. Este conceito foi desenvolvido na Carta de Washington, publicada no ano de 1987, pelo Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS). A Carta definiu princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação para preservar as cidades históricas, com a participação efetiva do poder público e da sociedade civil. Conforme apontado no documento, “a conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do parque edificado” (p. 3). Nesta perspectiva, pretende-se indicar possibilidades de trabalhar o conceito de patrimônio histórico nas escolas localizadas no município e revelar como os patrimônios das comunidades podem ser realçados e valorizados como bens culturais municipais.

No trabalho de Evelina Grunberg, Maria Horta e Adriane Monteiro (1999, p. 64) a educação patrimonial é definida como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, por meio da experiência, do contato direto, do conhecimento, da apropriação e da valorização como fatores indispensáveis para o sentimento de identidade e de cidadania. Neste documento, também produzido pelo Iphan, os centros históricos estimulam a compreensão entre presente e passado, pois permite amplo campo de investigação interdisciplinar e com profissionais diversificados, principalmente, por meio de exercícios como mapas mentais, comparação, jogos de simulação, trabalho de campo como caminhada, fotografias e roteiros para identificar e analisar edifícios e monumentos históricos.

Enfim, acredita-se que o patrimônio material tombado pela prefeitura de Santa Luzia tem seu valor cultural, porém, precisa ser pensado numa perspectiva de atingir o ensino das escolas localizadas no município e incorporar o patrimônio construído pela sociedade, com o objetivo de ressaltar a cultura na cidade para além do bem cultural material.

A extensão territorial do município de Santa Luzia e a divisão da cidade entre sede e distrito, com a sede considerada a parte histórica e o distrito formado por bairros mais novos, pode ser um apontamento sobre a relação de afastamento de parte da sociedade luziense com o patrimônio histórico municipal.

A cidade ainda se prende a concepção de patrimônio histórico aos bens tombados nas esferas municipal e estadual. Os questionários serão subsídios relevantes para apontar aos governantes da cidade o reconhecimento ou o afastamento dos/das jovens luzienses para com o patrimônio da cidade.<sup>8</sup> A Carta de Washington explicita que a participação e o envolvimento social “são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária conscientização de todas as gerações” (CARTA DE WASHINGTON, 1987, p. 2). Neste ponto, infere-se que os/as estudantes têm pouco contato com o patrimônio histórico da cidade, por isso, torna-se importante criar projetos, desenvolver visitas, e, principalmente, propor participação direta dos/das jovens na concepção juvenil sobre patrimônio, ressaltando a vida comunitária na constituição de vivências sociais que mobilizam, diversificam e valorizam a

---

<sup>8</sup> O questionário está em anexo.

cultura luziense.<sup>9</sup> Dessa forma, recorrendo novamente a Carta de Washington, compreende-se que “para assegurar a participação e a responsabilização dos habitantes, deve ser implementado um programa de informação geral começando a sua divulgação desde a idade escolar” (CARTA DE WASHINGTON, 1987, p. 3)

A prefeitura de Santa Luzia publicou um Atlas escolar: histórico, geográfico e cultural do município, no ano de 2009.<sup>10</sup> No documento constam os itens Nossa História e Aspectos Culturais e Turísticos. Em ambas as partes, são ressaltados os monumentos descritos acima. É possível que, ao ter contato com este documento, as crianças e a juventude estudantil da cidade não sintam interesse pelos patrimônios do município, por não fazerem parte do cotidiano escolar, principalmente das escolas localizadas no distrito; por estarem distantes e não terem visitas guiadas aos locais tidos como patrimônio pelo poder público; e por uma falta de preparo da Secretaria de Educação com a educação patrimonial, que poderia ser desenvolvida com o objetivo de criar vínculos de afetividade entre a cidade e a sociedade luziense.

E neste ponto, acredita-se que a educação patrimonial trabalhada nas escolas localizadas no município, pode contribuir para que diferentes atores sociais mostrem suas práticas culturais e ampliem a noção de patrimônio edificado do poder público e das leituras arquitetônicas. Neste ponto, as ações propostas são:

- Constituir uma equipe multidisciplinar formada por representantes da área da educação, dos conselhos municipais de Políticas Públicas, do Patrimônio Municipal, de Cultura e de Educação, pedagogos, arquitetos, historiadores e museólogos;
- Debater entre os membros da equipe as possibilidades de efetivar uma política educacional, direcionada ao patrimônio;
- Apresentar nas escolas municipais e estaduais, um questionário que possibilite os/as professores/professoras e os/as discentes das redes opinarem sobre a viabilidade do trabalho com a educação em patrimônios;
- Estruturar os questionários numa base de dados, para que possa ser utilizada como fonte de pesquisa;
- Sugerir a criação de uma política de educação patrimonial municipal a partir da participação da equipe multidisciplinar, dos/das professores/professoras e os/as discentes;
- Mobilizar a sociedade luziense para que possa participar das discussões na Câmara dos Vereadores da cidade, debater e apoiar a proposta de educação patrimonial com a finalidade de apresentar ao legislativo em forma de lei.

Enfim, reconhece-se o valor do centro histórico de Santa Luzia como patrimônio cultural da cidade, contudo, observa-se que para que toda a sociedade luziense se sinta responsável pelos bens culturais, é importante ter acesso aos locais com características coloniais e, concomitantemente, ter reconhecidas pelo poder público as manifestações, os lugares, os objetos, as celebrações, as formas de expressão, os saberes, e os seus grupos culturais<sup>11</sup> que extrapolam as fronteiras do centro histórico e que constroem múltiplas identidades luzienses.

9 Esta função pode ser um dos objetivos do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC construído a partir da 1ª Assembleia Patrimonial Comunitária ocorrida em 26 de fevereiro de 2019. Ver: **1ª Assembleia Patrimonial Comunitária**. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/noticias/1a-assembleia-patrimonial-comunitaria/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

10 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Santa Luzia/MG**. Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. 76p.

11 “Baseiam-se nas que o Iphan adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural Brasileiro”. In: Programa mais educação. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

## O CASO DE RIBEIRÃO DAS NEVES: CONHECENDO OS PATRIMÔNIOS.

A relação estabelecida entre os moradores do município de Ribeirão das Neves e seu território merece ser analisada de maneira acurada, pois precisa ser considerada de acordo com os distintos aspectos geográficos, culturais, econômicos e históricos. A região, que atualmente conta com uma população em torno dos 331 mil habitantes, espalhados em uma área de 155 km<sup>2</sup> (IBGE, 2018), tem as primeiras referências ainda no século XVIII como “Matas do Bento Pires”, pertencente, à época, ao município de Pedro Leopoldo. A emancipação política e administrativa, só ocorreu em 1953.

O município de Ribeirão das Neves, distante da capital mineira 32 quilômetros, começa a ser povoado a partir do ano de 1927, quando as fazendas de particulares foram adquiridas pelo estado, com a finalidade de se construir uma penitenciária agrícola. De fato a construção de um modelo inovador de presídio foi concretizada, e o então presidente da República, Getúlio Vargas, inaugurou em 1938 a penitenciária agrícola – PAN – marco referencial para o início ao povoamento no local. Nos arredores da cadeia, foram surgindo os bairros marcados, sobretudo, por uma população de migrantes do interior mineiro, em busca de melhores condições de vida.

Uma cidade sem grandes atrativos turísticos, marcada pela pobreza, apresenta uma renda média per capita familiar de 2 salários mínimos e um percentual de, aproximadamente, 9,4% da população ocupada. Seu IDH está em torno de 0,684 (IBGE, 2016). O município tem na religiosidade, forte traço cultural. Como pontos de referência patrimonial são indicados: as tradicionais Igreja Matriz em Neves, Igreja Matriz em Justinópolis, a Igrejinha da Colina – que embora seja a mais antiga construção religiosa da cidade, passa invisível à maioria dos moradores –, a Igreja Sant’ana de Areias, a Igrejinha do Vale das Acácias, e a tradicional Igreja Nossa Senhora do Rosário, com sua festa de congado, também localizada em Justinópolis. Importante ressaltar que as igrejas são reconhecidas como marco referencial específico, dentro da fé e tradição local de suas respectivas comunidades. Entretanto, não há um conhecimento mais amplo e aprimorado, por parte dos moradores, quanto a importância, a fundação e valor dos bens para a comunidade como um todo.

A partir do comportamento observado entre os adolescentes que frequentam o ensino médio, em uma escola localizada no município, ficou compreendido que há uma lacuna a ser preenchida, em relação ao conhecimento do que seja patrimônio cultural no município de Ribeirão das Neves. O sentimento em relação ao local onde se vive, em muitos casos, é de repulsa, de negação, por isso, tornam-se necessárias ações afirmativas de conhecimento e reconhecimento da história local, para superar a expressão: “neste lugar não tem nada”.

A educação em patrimônio possibilita um novo olhar sobre o que é a história e o patrimônio do município, mesmo em meio a grande vulnerabilidade social e a diversidade de origens dos moradores, que em decorrência do valor dos imóveis e a necessidade de se tentar uma vida melhor, foram atraídos para a localidade com a construção do primeiro presídio, denominado de penitenciária agrícola de Ribeirão das Neves. Neste ponto, o estigma de cidade das cadeias perpassa os moradores nevenses, que desconhecem as festas locais, as igrejas centenárias e a origem do povoado.

Ao trabalhar a educação em patrimônio, primeiramente junto aos alunos, o que se pretende, além de fortalecimento de laços afetivos com o lugar é, também, o reconhecimento e o conhecimento do patrimônio cultural local para, assim, desenvolver no cidadão a consciência de que é preciso preservar os bens que pertencem a todos. Por serem despercebidos pela comunidade, tornam-se alvo de vandalismo e abandono pelo poder público. A execução e a promoção de tarefas



junto aos/as alunos/alunas em relação ao local em que vivem, é uma forma de resgatar a memória, preservar a história e construir a cidadania enquanto fator de pertencimento e construção da territorialidade.

É preciso trabalhar com a comunidade o que de fato lhe pertence. Quem não conhece a própria história, não tem do que se orgulhar e, busca outros lugares e outras histórias. A cidade, objeto do presente trabalho seria, segundo a observação de Sá, a definição de “não lugar”, espaços não identitários, não históricos e não relacionais. A simbologia presente no local parece referir-se ao tempo passado e futuro, sem que haja um elo com o presente (SÁ, 2014, p. 216). Uma percepção importante a ser observada, é que o lugar é o espaço ocupado e, portanto construído socialmente, o homem tem necessidade de construir constantemente seus lugares.

O papel da escola junto aos alunos, com o intuito de promover o reconhecimento e o conhecimento dos diferentes bens culturais e a história da cidade, pode ser concretizada com a educação patrimonial enquanto aliada, para se vencer preconceitos e resistências de aceitação, promovendo a cidadania junto aos alunos da Escola Estadual Maria Pereira de Araújo. A proposta pedagógica de se trabalhar educação patrimonial, a relação de bens culturais, os conceitos relacionados à cultura local e conhecimento do patrimônio local pode ser trabalhado de forma satisfatória, especificamente com a junção dos poderes públicos com a sociedade local, que possibilitarão um reconhecimento cultural para toda a comunidade.

Ao se fazer uma arguição simples quanto aos bens culturais regionais pertencentes à comunidade do entorno ao qual está situada a Escola Estadual Maria Pereira de Araújo, localizada no município de Ribeirão das Neves, os alunos foram categóricos: “aqui não temos nada”. A resposta é típica de uma sociedade caracterizada como pós moderna, que tende a tornar sem vínculo de pertencimento o lugar onde habita. Sendo assim, é comum as pessoas comprarem seus imóveis, construírem suas casas, (neste caso criam vínculos, mas não se sentem pertencendo ao local) e continuarem referindo-se frequentemente a ideia de se mudarem para algum bairro da capital, ou seja, os espaços são vistos com negatividade.

Parece haver, então, o que Alves entende como valorização do presente, em sociedades pós modernas com fortes vínculos ao presente e, ao mesmo tempo, sem nada que a faça se apropriar dos espaços como lugares de memória, uma cultura da negação ao lugar. Contudo, o interessante seria a apropriação do espaço de forma lúdica, porque ali houve a construção de memórias (ALVES, 2017, p. 2). Desta forma, é papel da escola criar mecanismos no sentido de promover uma mudança de postura e apresentar outra perspectiva do município, da comunidade e de áreas próximas a instituição escolar de convivência e de residência de estudantes, desconstruindo a ideia da negatividade e do pessimismo, apresentando a cultura local composta por movimentos culturais, sabores, artesanatos e conjuntos arquitetônicos.

A construção do conhecimento significativo junto aos alunos consiste numa proposta de educação patrimonial que se insere na necessidade de reconhecer e de apropriar do espaço onde se vive. Diversos podem ser os espaços de aprendizagem e, a educação patrimonial deve ser tratada como fator relevante para o sujeito promover sua inserção social e cultural<sup>12</sup>. A sala de aula poderá ser trocada pela rua e pela praça como espaços de encontro das histórias e das memórias.

Acreditamos, desta maneira, que nossa identidade é constituída de todas as nossas experiências de vida e estão, necessariamente ligadas aos ambientes em que as vivemos. Lugares

---

12 IPHAN. **Manual de Aplicação** – Programa Mais Educação. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf). Acesso em: 30 mar 2019.

que evocam, de alguma maneira, partes destas memórias compartilhadas, lugares com identidade própria, conferida pelos habitantes ou usuários destes ambientes e a forma como estes se inter-relacionam. (ALVES, 2017, p. 6).

Deste modo, a discussão proposta baseia-se na ideia de que patrimônio cultural, educação patrimonial e construção da cidadania devem ocorrer para abranger os distintos espaços de construção e pertencimento, voltados para a preservação de memórias locais. Se não há conhecimento dos espaços, não há pertencimento.

A proposta de intervenção refere-se ao reconhecimento local, a partir de uma aula sobre a importância do patrimônio municipal e da história local. Nesse caso, grupos de alunos são motivados a investigar o que de fato há no município como referência patrimonial e, a partir daí, escrever uma notícia sobre as condições e o estado de conservação do referido patrimônio. Esta experiência que, vem sendo desenvolvida em parceria entre os professores de história e português, em turmas de primeiro ano do ensino médio, na Escola Estadual Maria Pereira de Araújo, tem apresentado resultados satisfatórios.

Os alunos procuram informações, são instigados a visitar locais e fazem descobertas na própria comunidade. E o mais importante, é que a resposta da pergunta inicial “você conhece Neves?” revela resultados surpreendentes. Grupos de alunos demonstram curiosidade em conhecer o bem patrimonial que foi relatado pelos colegas. Afirmam não ter conhecimento de que tão perto havia tal referência da cultura local, ou que nunca haviam parado para observar aquele espaço sob uma ótica “mais histórica”. Por serem adolescentes, esta modalidade de trabalho pedagógico também força o educando a entrar em contato com grupos sociais de mais idade e abre uma perspectiva para o diálogo com a família e a sociedade nevensense.

Após o conhecimento e reconhecimento de distintos pontos e valores culturais do município, espera-se uma mudança de postura comportamental, pois a preservação para manter paredes e espaços sem que a destinação social não constrói vínculos e nem memórias. Os vínculos entre sociedade e patrimônio precisam transcender a ideia da cidade dormitório por meio do pertencimento, da participação e da valorização das histórias vividas nos espaços do cotidiano.

Pretende-se então realizar o mapeamento, mediante visitas aos diferentes pontos que podem ser considerados patrimônios culturais. A ação será desenvolvida por um grupo de alunos do ensino médio, que deverão participar mediante sorteio, desde que devidamente autorizado pelos pais e responsáveis. Os alunos deverão promover o registro através de vídeos e fotografias, relatos e narração da experiência.<sup>13</sup> Após a coleta de tais informações, o grupo escolhido se reunirá na escola, para discutir a melhor forma de organizar o material e repassar as informações aos seus colegas de classe.

A pretensão é despertar o interesse dos alunos para se tornarem multiplicadores junto aos seus grupos sociais e familiares. A perspectiva é explicitar que o município tem mais do que cadeia. Melhorar a autoestima deste grupo populacional pode ser a saída para o fortalecimento dos laços de cidadania. Grunberg, Horta e Monteiro (1999) apontam a importância da realização de ações que provoquem motivação nos alunos, para desenvolver novas habilidades que levem a sentirem-se desafiados em resolver questões que inquietam o indivíduo e a sociedade.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e

---

13 Conforme proposta do IEPHA em: IEPHA. **Educação para o Patrimônio Cultural**. Disponível: <<http://www.iepha.mg.gov.br/images/EDITAIS/Material--Educao-para-o-Patrimonio.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos. A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 6).

O resultado esperado não é uma aceitação do lugar na primeira visita / observação dos bens culturais pesquisados, mas sim considerar que, mesmo sendo um município com vários problemas, tem uma população acolhedora em suas ruas, praças, igrejas que precisa ocupar e pertencer aos espaços culturais, que necessitam de cuidados e acolhimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas educativas apresentadas tiveram iniciativas do professor e da professora a partir do contato com as disciplinas do curso de especialização História e Cultura no Brasil Contemporâneo ofertado entre os anos de 2018 e 2019 pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Os contatos com as leituras e o cotidiano escolar proporcionaram a reflexão sobre práticas educativas que possibilitassem a participação juvenil no conhecimento dos patrimônios nos municípios de Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

A relação entre a sociedade e os patrimônios nos municípios citados tem o objetivo de desenvolver o sentimento de pertença e de valorização dos bens culturais por parte da população local para que possa se reconhecer como sujeito histórico que compreende a situação social e se colocar como agente político na constituição de patrimônios materiais e imateriais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Claudia Nunes. Identidade do Lugar e Memória: o papel do afeto na preservação e uso de espaços públicos. **Fórum Habitar**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/327317884\\_Identidade\\_do\\_lugar\\_e\\_memoria\\_o\\_papel\\_do\\_afeto\\_na\\_preservacao\\_e\\_uso\\_de\\_espacos\\_publicos](https://www.researchgate.net/publication/327317884_Identidade_do_lugar_e_memoria_o_papel_do_afeto_na_preservacao_e_uso_de_espacos_publicos)>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- BRASIL. IBGE. **Ribeirão das Neves**. Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ribeirao-das-neves.html>>. Acesso em: 05 jun. 2019
- BRASIL. IBGE. **Ribeirão das Neves**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-das-neves/historico>>. Acesso em: 04 jun. 2019
- CARTA DE WASHINGTON**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- RELAÇÃO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS, REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA**. Disponível em: <[www.santaluzia.mg.gov.br/index.php/sservicos-2/126-cultura?Itemid=101](http://www.santaluzia.mg.gov.br/index.php/sservicos-2/126-cultura?Itemid=101)>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- CENTRO HISTÓRICO DE SANTA LUZIA**. Disponível em: <[www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/99/bens-tombados-centro-historico-de-santa-luzia](http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/99/bens-tombados-centro-historico-de-santa-luzia)>. Acesso em: 18 mai. 2019.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN/Museu Imperial, 1999. v. 1. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2019.
- IEPHA. **Educação para o Patrimônio Cultural**. Disponível: <<http://www.iepha.mg.gov.br/images/EDITAIS/Material--Educao-para-o-Patrimonio.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.



IPHAN. **Manual de Aplicação** – Programa Mais Educação. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **Atlas Escolar Histórico, Geográfico e Cultural do Município de Santa Luzia/MG**. Belo Horizonte: Editora Cultural Brasileira, 2009. 76p.

**1ª Assembleia Patrimonial Comunitária**. Disponível em: <<http://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/noticias/1a-assembleia-patrimonial-comunitaria/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/581/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, p. 209-229, nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

**SANTA LUZIA**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/santa-luzia.html?>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano: um estudo sobre São Benedito na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2011, 170f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

Data de submissão: 05/10/2019

Data de aprovação: 16/11/2019

## ANEXO

### Questionário

Questionário sobre a relação entre a sociedade luziense e o patrimônio histórico edificado da cidade de Santa Luzia

#### Identificação

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1 - Você é: ( ) Aluno. ( ) Professor.

2 - Onde você nasceu? \_\_\_\_\_

3 - Você é morador de Santa Luzia? ( ) Sim. ( ) Não.

4 - Se sim, quantos anos?

( ) Há 5 anos.

( ) Entre 5 e 10 anos.

( ) Entre 10 e 20 anos.

( ) Há mais de 20 anos.

5 - Você conhece toda a cidade de Santa Luzia?

( ) Sim .

( ) Não, apenas o bairro onde moro.

( ) Não, apenas a área do São Benedito.

( ) Não, apenas a parte alta e a parte baixa.

6 - Você conhece o centro histórico de Santa Luzia?

Sim.

Não, apenas já ouvi falar.

Não, nunca ouvi falar.

7 - Você gostaria de conhecer o centro histórico de Santa Luzia?

Sim, tenho interesse.

Não.

8 - Caso a resposta anterior tenha sido sim, qual é a maior dificuldade para ir e conhecer o centro histórico da cidade?

---

---

9 - Caso a resposta da questão 7 tenha sido não, qual é a sua justificativa?

---

---

10 - Como se pode aproximar mais a comunidade escolar do centro histórico?

Por meio do apoio da prefeitura, disponibilizando ônibus para visitas.

Por meio dos professores, proporcionando um conhecimento da cidade nas aulas.

Não há aproximação, deve-se investir na valorização das manifestações artísticas locais.

11 - Você conhece a ideia de patrimônio?

Sim.

Não.

12 - Caso conheça as manifestações culturais da sua localidade, você acredita que elas poderiam ser consideradas patrimônios?

Sim.

Não.

13 - Qual é a relação entre a prefeitura e os/as vereadores/vereadoras da cidade com o seu bairro?

Boa.

Ruim, pois não há investimento na infraestrutura e na formas de melhorar a vida da sociedade luziense.

Distante, a sociedade luziense é apenas considerada para votar nas eleições locais.

14 - Você acredita que há cultura na cidade de Santa Luzia?

Sim.

Não.